

PRESS' MEI AMBIENTE

N°228 Terça-Feira – 05 de setembro de 2017 Por Anthony ECHEVERRIA, Morgane BATTERIA, Maéva STOULS, Christelle MONKAM www.juristes-environnement.com



DESTAQUE - DONALD TRUMP NOTIFICOU A ONU DE SUA DECISÃO DE SAIR DO ACORDO DE PARIS

Em 1º de junho de 2017, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a retirada dos Estados Unidos do acordo de Paris, assinado no final da COP 21, realizada em Paris há 01 ano e meio atrás. Se a notícia tivesse suscitado fortes reações, o segundo poluidor global já não forneceu detalhes sobre as ações previstas. Mas em 4 de agosto, o bilionário enviou uma notificação ao Secretário-Geral da ONU, informando-o de seu desejo de usar seu direito de retirada, a menos que seja encontrado termos adequados de reengajamento. No entanto, nos termos do acordo, este direito de retirada é efetivado apenas 03 anos após a conclusão do acordo. Esta notificação era, portanto, um ato puramente político e não tinha efeito legal. O presidente dos EUA declarou ainda que uma notificação de retirada oficial seria feita o mais rápido possível. Enquanto isso, os Estados Unidos serão obrigados a honrar os compromissos assumidos pelo ex-presidente Barack Obama. No entanto, deve recordar-se que não é prevista qualquer punição em caso de não cumprimento. Num momento em que o furacão Harvey está devastando o país, é difícil dizer que as obrigações decorrentes do Acordo de Paris serão devidamente observadas até a data em que a saída é realmente permitida.



DIESELGATE » - NOVOS TESTES ANTI-POLUIÇÃO PARA AS CONSTRUTORAS EUROPEIAS

Desde sexta-feira, 1º de setembro, meia-noite, o método de homologação de automóveis em relação à emissão de poluentes gasosos muda radicalmente. Isto vem em resposta ao escândalo Volkswagen ou "Dieselgate". Foi revelado que o Grupo Volkswagen utilizou do software de 2009 a 2015 integrado em certos motores a diesel, permitindo fazer trapaças para os testes antipoluição. Outras marcas também foram suspeitas de exceder, conscientemente, os limites de gases poluentes, como Renault, Fiat Chrysler e PSA. Os testes famosos são realizados em laboratório e, segundo estes, os fabricantes obtêm suas homologações. No entanto, esses testes realizados por agências de aprovação nacionais não refletem com precisão a realidade em termos de emissões de dióxido de nitrogênio (NOx), que é diferente na estrada. Por conseguinte, entra em vigor um novo e mais rigoroso protocolo para a aprovação de novos veículos. Este foi negociado pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros e apenas se preocupa apenas com os novos modelos. Em seguida, será implantado gradualmente em setembro de 2019 para todos os veículos novos. Os novos testes, além dos realizados em laboratório, serão mais realistas porque são realizados na estrada com fases de aceleração, a fim de poder medir as emissões de Nox, tanto quanto possível. Isso é extremamente econômico e politicamente desafiador, porque os resultados serão muito menos lisonjeiros do que antes para os fabricantes europeus. Mas as questões de saúde e ambientais são ainda mais importantes, já que as emissões de nox de veículos a diesel na atmosfera são responsáveis por 107.600 mortes prematuras por ano em todo o mundo e 38.000 delas poderiam ser evitadas se os padrões fossem cumpridos.



ENERGIA - UMA TAXA DE CARBONO PARA AS ENERGÉTICAS FRANCESAS E ALEMÃS

Para remover o carvão da geração de energia europeia, o Terra Nova, o grupo de pensamento independente e progressista, propõe estabelecer um preço mínimo da tonelada de carbono emitida, em torno de 20 a 30 euros. Esta proposta é o resultado de um reflexo de seis economistas do clima, publicados pela Terra Nova em 30 de agosto de 2017. Os autores estão convencidos de que é necessário começar a aplicar este imposto às empresas energéticas francesas e alemãs, e o resto da União Europeia. Na verdade, uma colaboração franco-alemã sobre a implementação de um baixo preço do carbono fortaleceria a cooperação entre os dois países sobre a questão do aquecimento global. Esta cooperação poderia influenciar os outros países europeus, independentemente das instituições europeias, à medida que o clima transcende as fronteiras. De acordo com os autores do grupo de reflexão, se este imposto fosse introduzido a partir de 2020, permitiria à França de realizar o roteiro apresentado em 06 de julho por Nicolas Hulot, Ministro da Transição Ecológica, para fechar as usinas a carvão até 2022. De acordo com os autores da nota, a introdução deste preço corrigiria as deficiências do mercado europeu do carbono ou do sistema de comércio europeu do ETS. Mas a medida seria aplicada apenas ao setor de energia. Este último abrange as emissões dos setores da energia e da indústria pesada, que em conjunto representam 45% de todas as emissões do Velho Continente. Mas há concordância geral de que esta troca de carbono não está funcionando bem. O preço do carbono proposto pela Terra Nova destina-se a corrigir esses preços estruturalmente baixos.



PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS INÚTEIS

O Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) emitiu um parecer extremamente crítico contra a política da UE em matéria de biodiversidade. As primeiras linhas são incisivas. A política seria "um exemplo clássico de uma política que não cumpre suas promessas". O Comitê observa que os problemas foram identificados e os recursos legais necessários foram postos em prática, mas que o verdadeiro problema reside na falta de vontade política. As estratégias e programas de biodiversidade adotados pela União Europeia em 1998, 2001, 2006 e 2010 estão sendo "inúteis". De acordo com o CESE, eles não conseguiram cumprir os compromissos políticos ou interromper a perda de biodiversidade causada pela sociedade. Ler esta revisão deixa um gosto amargo. A decepção é para as partes interessadas e a sociedade em geral. Esta observação do fracasso não é surpreendente para o CESE. Segundo ele, a União Europeia não leva a sério e não implementa as propostas que formula para resolver problemas relacionados à biodiversidade. Por conseguinte, o Comitê instaura os Estados-Membros a definir os requisitos financeiros reais para a aplicação da legislação europeia e solicita à Comissão que disponibilize os recursos necessários.

RESPONSABILIDADE DO FATOS DOS PRODUTOS DEFEITUOSOS DEVE SER PRONUNCIADA DE OFÍCIO PELO JUIZ.

Julgamento do dia 07 de julho de 2017, nº 15-25.651, emitido pelo Tribunal Misto do Tribunal de Cassação, exige que os juizes apliquem as regras de política pública decorrentes do direito comunitário, mesmo que o requerente não as tenha invocado. No caso em apreço, uma vítima de um químico obteve uma indemnização por sua lesão com base na responsabilidade por culpa. A responsabilidade por produtos defeituosos foi excluída voluntariamente pela vítima que achava que sua aplicabilidade não era possível. Segundo a recorrente, a colocação no mercado era anterior à data de entrada em vigor da directiva. No entanto, o Tribunal de Cassação discordou e considerou que era para os juizes de julgamento se pronunciar sobre a questão da responsabilidade por produtos defeituosos, mesmo que a vítima não o tivesse feito. solicitação. Essa decisão pode surpreender à primeira vista, mas, na realidade, a motivação é bastante coerente. Em apoio da sua decisão, o Tribunal de Cassação invoca o princípio do primado e da eficácia do direito comunitário e do Código de Processo Civil. Por conseguinte, antes de considerar a reparação com base na responsabilidade por culpa, como era o caso, o Tribunal de Recurso deveria ter aplicado o direito comunitário. Esta obrigação está sujeita a fatos que a justificam. Dois fatores justificaram a aplicabilidade da responsabilidade por produtos defeituosos: informação insuficiente para o primeiro, e a questão de colocá-lo em circulação para este último. A cassação é então motivada.

POLUIÇÃO – A POLUIÇÃO DE UM RIO POR LACTALIS MATA TONELADAS DE PEIXES

A Lactalis, líder mundial em produtos lácteos, recentemente reconheceu a poluição do rio. As empresas pesqueiras de Ille et Vilaine e os residentes do Seiche (um afluente da Vilaine) no sudeste de Rennes só podiam notar o desastre. Em mais de 7 km, o fluxo não mostra mais vestígios de vida. Com um odor insuportável de putrefação, o rio carrega toneladas de peixes mortos, toda a fauna aquática pereceu. Apenas no dia 22 de agosto que a Lactalis



alertou as autoridades das províncias e reconhece (finalmente) um incidente sério em uma das suas linhas de produção. Em 18 de agosto (4 dias antes da declaração oficial), grandes quantidades de lactose pura foram liberadas no rio após a saturação de uma unidade de reprocessamento. A fauna não foi envenenada, mas asfixiada. A lactose provoca a proliferação de bactérias que privaram o fluxo de oxigênio. Espécimes de cadáveres de várias espécies foram mantidos para investigação posterior. Lactalis teve o curso de água limpo por uma empresa especializada. Mais de 5 toneladas de peixe foram removidas. Foram instaladas barragens flutuantes. Na noite de 29 de agosto, a prefeitura indicou que o retorno ao normal estava comprometido. No mesmo dia, as empresas de pesca apresentaram uma queixa. A prefeitura realizará uma investigação e elaborará um relatório para as infrações ao abrigo do Código Ambiental.

SAÚDE – RENOVOAMENTO DA AUTORIZAÇÃO DO ENOVELLEMENT D'AUTORISATION DU GLIFOSATO : A FRANÇA SE PRONUNCIA CONTRA

Espera-se que os Estados-Membros da UE votem no dia 04 de outubro sobre um eventual registo de 10 anos do pesticida controverso. Na verdade, desde o ranking da Agência Internacional de Pesquisas sobre o Câncer (IARC) como "provável carcinógeno" em março de 2015, muitas vezes foram levantadas para a proibição do glifosato. No entanto, a periculosidade do produto não atinge o consenso dentro da comunidade científica e as opiniões estão extremamente divididas. A França já havia manifestado o seu apoio à retirada do produto principal da Monsanto em uma votação que permitia a sua re-autorização provisória por 18 meses, confirmada por um comunicado de imprensa à Agence France Presse que manteria sua posição no próximo voto. De acordo com Bruxelas, a reafirmação do glifosato será sujeita a um voto favorável por maioria qualificada do estado, representando 55% dos votos representando 65% da população da União. No voto anterior, 7 dos 28 Estados-Membros se abstiveram, incluindo a Alemanha e a Itália. Certamente, no seu voto, o destino do glifosato na Europa será desempenhado.

MEIO AMBIENTE – A POTENCIAL REJEIÇÃO DE UM PROJETO DO GRUPO TOTAL PELO BRASIL

As autoridades brasileiras rejeitaram o pedido de licença para percorrer a costa brasileira do grupo petrolífero francês Total. A agência ambiental brasileira, Ibama, disse que a resposta da empresa francesa aos riscos ambientais do projeto de perfuração offshore perto da foz do rio Amazonas foi inadequada. O grupo francês não atendeu as expectativas da agência ambiental brasileira e, em particular, no que se refere ao risco de vazamento de óleo que poderia ser causado por um acidente em uma das plataformas que a Total pretende implantar em cerca de 120 a 180 a quilômetros da costa amazônica, à beira das águas territoriais da Guiana Francesa, para prospecção e possível exploração em profundidades que variam de 200 a 3.000 metros. O projeto poderia pôr em perigo não só as costas, os manguezais e as florestas (ricos em biodiversidade excepcional), mas também a pesca de povos indígenas e um recife de corais descoberto inesperadamente em 2016. Este recife foi descoberto durante uma expedição liderada conjuntamente por cientistas brasileiros e a organização internacional Greenpeace, comprometida com a defesa dos "corais da Amazônia". Essa rejeição não é uma parada definitiva, mas a ameaça de cancelamento de licenças é grave. De acordo com o presidente da agência brasileira do meio ambiente, Suely Araujo, não há dúvidas sobre as possíveis consequências.